
MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº. 030/2022

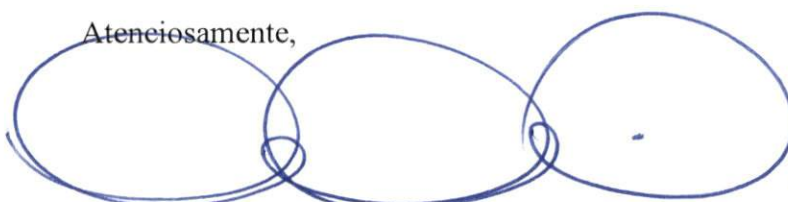
SENHOR PRESIDENTE,
ILUSTRES LEGISLADORES,

Por intermédio deste expediente, encaminhamos a essa preclara Casa de Leis o Projeto de Lei nº. 030/2022, o qual resta assim ementado: **“REVOGA A LEI Nº. 2.669, DE 30 DE MARÇO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

A presente proposta legislativa visa tão somente revogar expressamente a Lei nº. 2.669/2022, a fim de atender a notificação recomendatória nº. 010/2021, exaradas do SIMP nº. 000972-035/2021 da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde, que faz parte como anexo da presente propositura.

Na certeza de contarmos com a colaboração para a aprovação, por unanimidade, elucidamos as razões do projeto de lei que ora apresento a essa Colenda Casa do Povo, valendo-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência e, por seu intermédio, aos seus ilustres pares, a expressão do meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº. 30, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

**REVOGA A LEI Nº. 2.669, DE 30 DE MARÇO DE
2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

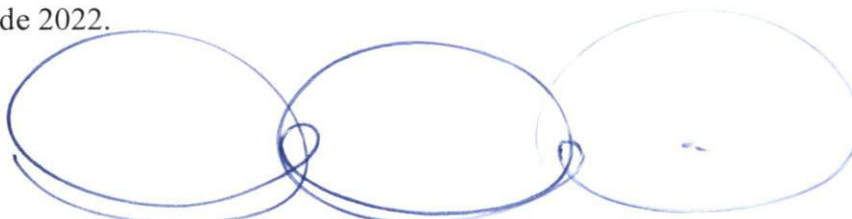
ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprecie e aprove o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº. 2.669, de 30 de março de 2021.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 24 de fevereiro de 2022.



ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



PROJETO DE LEI Nº. 30, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

ANEXO I – OFÍCIO Nº. 052/2022/SMADRH

OFÍCIO N°. 052/2022-SMADRH

Campo Verde-MT, 24 de fevereiro de 2022.

EXMO SENHOR
ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por intermédio deste solicitar de Vossa Excelência a Revogação da Lei nº 2669/2021, em atendimento a Notificação Recomendatória nº 010/2021 da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde.

Sem mais agradeço a oportunidade para manifestar-lhe votos de estima e consideração.

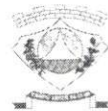


CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 529/2021



PROJETO DE LEI Nº. 30, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

ANEXO II – LEI Nº. 2.669/2021



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 2.669/2021, DE 30 DE MARÇO DE 2021.

FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A REALIZAR CEDÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a cedência do servidor instrumento público senhor Dirceu Belarmino Pereira, matrícula nº 11, para a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES, CNPJ nº 37.501.038/0001-58, localizada no Município de Campo Verde.

Art. 2º A referida cedência tem por finalidade subsidiar os trabalhos desenvolvidos pela referida instituição sem fins lucrativos de caráter filantrópico, a qual presta relevantes serviços nas áreas de educação, aprendizagem juvenil, evangelização e programas de arrecadação e doações à população.

Parágrafo único. O objeto do convênio será a cessão de 01 (um) servidor do quadro efetivo da Prefeitura Municipal, visando auxiliar nas atividades e serviços administrativos da referida associação, não havendo qualquer repasse de valores.

Art. 3º A cessão objeto da presente proposta legislativa será por prazo determinado de 02 (dois) anos, autorizada a sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a oportunidade e conveniência da administração e será formalizada por meio de portaria específica.

Art. 4º O presente instrumento estará sob a responsabilidade da Secretaria de Municipal de Administração e Recursos Humanos, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento da cedência.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 30 de março de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 31/03/2021

PROJETO DE LEI Nº. 30, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.

ANEXO III – NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA Nº.
010/2021, SIMP Nº. 000972-035/2021

NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA N.º 10/2021

SIMP N.º 000972-035/2021

O Promotor de Justiça titular da 1ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Campo Verde/MT, no uso das atribuições legais e na defesa do patrimônio público e de interesses sociais coletivos, com fulcro no artigo 129, incisos III e VI, da Constituição Federal, artigo 8º da Lei n.º 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), no artigo 60, inciso VI, alínea b, artigo 61, da Lei Complementar Estadual n.º 416/2010 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso)¹, artigo 67² e seguintes da Resolução n.º 52/2018/CSMP (Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso) e:

CONSIDERANDO que a Administração Pública está vinculada aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos que preencham os requisitos estabelecidos em lei (artigo 37 caput e inciso I da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cessão de servidores é conceituada pela doutrina como um fato funcional por meio do qual determinada pessoa administrativa ou órgão público cede, sempre **em caráter temporário**, servidor integrante do seu quadro para atuar em outra pessoa ou órgão, com o objetivo de cooperação entre as administrações e de exercício funcional integrado das atividades administrativas (TJDF; APC 07036.38-13.2019.8.07.0018; Ac. 126.0905; Primeira Turma Cível; Relª Desª Simone Lucindo; Julg. 08/07/2020; Publ. PJe 14/07/2020);

1 Art. 61. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela polícia civil ou militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2 Art. 67. A recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público para exposição formal de razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas.

CONSIDERANDO que o Município de Campo Verde disciplina o instituto da cessão no artigo 113 da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992, que estabelece apenas três possibilidades de cedência do servidor público, sendo elas: I) para exercício de função de confiança (sem ônus ao Município); II) em casos previstos em lei específica; e, III) para cumprimento de convênio;

CONSIDERANDO que, além das disposições legais específicas de cada ente, são requisitos indispensáveis à regularidade da cessão a previsão em lei, ausência de burla a regra do concurso público, **fixação de prazo determinado** para a permanência do servidor cedido no ente cessionário (vedada a cessão por tempo indeterminado), **fixação do ônus** da remuneração do servidor, delimitação da **motivação, finalidade e interesse público**, ausência de prejuízo ao funcionamento do órgão ou entidade cedente e **compatibilidade de atribuições a serem desenvolvidas** (exceto para exercício de cargo em comissão ou função de confiança);

CONSIDERANDO que qualquer cessão realizada sem o atendimento aos requisitos acima padece de vícios de legalidade, impessoalidade, moralidade ou desvio de finalidade a depender o requisito faltante;

CONSIDERANDO que, o servidor cedido, mesmo em atividade externa ao do órgão da administração pública direta, continua vinculado aos princípios de regem a administração, aos direitos, aos deveres, às obrigações e às responsabilidades inerentes ao cargo cometidos a um servidor público, dentre elas a assiduidade (artigo 129, inciso X, da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992) e a proibição de desempenho de atividades incompatíveis com o exercício do cargo (artigo 130, inciso XVIII, da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992);

CONSIDERANDO que é permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho ou diretoria de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (artigo 4º, parágrafo único, da Lei 9070/1999), vedado, porém, o desempenho de atividade incompatível com o cargo público (artigo 130, inciso XVIII, da Lei Complementar Municipal n.º

152/1992), por exemplo gerência e administração da pessoa jurídica privada (TCE/MT: Acórdão 265/2017-TP, Processo 28.026-7/2017, Prefeitura de Várzea Grande, Representação de Natureza Interna, Conselheiro Relator Luiz Henrique Lima, 24/07/2018);

CONSIDERANDO que a intenção da Lei é manter o servidor público dedicado às suas funções, além de evitar que este lance mão de seu cargo e de suas prerrogativas para beneficiar ou receber benefícios para as sociedades nas quais tenha uma participação direta e efetiva;

CONSIDERANDO que é vedado ao agente público, dirigente de pessoa jurídica de direito privado, transacionar, participar de licitação ou firmar contrato de convênios com o Ente que possui vínculo (artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993; artigo 13, inciso IV, da Lei n.º 14.113/2021, artigo 22 c.c o artigo 48, inciso III e artigo 59, §6º do Decreto Municipal n.º 36, de 10/04/2017; TCE/MT: Acórdão 265/2017-TP, Processo 28.026-7/2017, Conselheiro Relator Luiz Henrique Lima, 24/07/2018), estendendo-se tal vedação ao respectivo dirigente cônjuge ou companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau, vedada inclusive a contratação destes familiares pela pessoa jurídica contratada com os recursos do convênio³ (artigo 48, parágrafo único da Lei n.º 14.113/2021; artigo 22, inciso X c.c o artigo 59, §6º, do Decreto Municipal n.º 36, de 10/04/2017);

CONSIDERANDO que a instrução da Notícia de Fato **SIMP 000972-035/2021**, convertida em Procedimento Preparatório, revelou que a cessão do servidor Dirceu Belarmino Pereira não cumpre os requisitos, sendo eles prazo determinado (possui prorrogações ininterruptas há 22 anos), não fixou o ônus da remuneração do servidor (no presente caso

3 Pessoal. Nepotismo. Convênio. Dirigente ou Gestor de Associações. Agentes Políticos e Servidores Comissionados de Órgãos Públicos. Violação da Súmula Vinculante nº 13/2008 e artigo 9º, da Lei nº 8.666/1993. Fere os princípios da moralidade, isonomia, impessoalidade e o artigo 9º, da Lei nº 8.666/93, a celebração de convênios entre o Poder Público e Associações privadas, quando seus dirigentes ou empregados com poder de ingerência e influência forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do agente político ou de servidor comissionado de entidade concedente ou interveniente do acordo, nos termos principiológicos da Súmula Vinculante do STF nº 13/2008. (CONSULTAS. Relator: WALDIR JÚLIO TEIS. Resolução De Consulta 57/2011 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 22/09/2011. Publicado no DOE-MT em 26/09/2011. Processo 121754/2011).

deve ser sem ônus ao Município, pois a Portaria n.º 626/2021 fundamentou a cessão para exercício de cargo em comissão – artigo 113, inciso I da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992⁴), não delimitou o cargo em comissão a ser exercido na entidade ou a compatibilidade de atribuições com o cargo efetivo (técnico agrícola), não demonstrou a ausência de prejuízo ao funcionamento do órgão ou entidade cedente e não há comprovação de fiscalização ao cumprimento da carga horária;

CONSIDERANDO que, além do descumprimento dos requisitos acima, restou demonstrado que o servidor cedido cumula o cargo de Presidente da entidade beneficiada pela cessão (Associação Espírita Lar Maria de Lourdes, CNPJ n.º 37.501.038/0001-58), por isso possui poder de decisão relevante na entidade e não está sujeito ao controle de jornada de trabalho, além de estar vinculado à Empresa Dirceu Belarmino Pereira – MEI (CNPJ n.º 23.835.148/0001-41), situações que, em tese, podem configurar o desempenho de atividades incompatíveis com o cargo público;

CONSIDERANDO, por fim, que o Município de Campo Verde mantém outros convênios com a Associação Espírita Lar Maria de Lourdes (CNPJ n.º 37.501.038/0001-58), desde o ano de 2017, mediante termos de fomento com repasses de recursos financeiros à entidade que tem como seu dirigente o servidor público municipal cedido;

CONSIDERANDO que, apesar do relevante e imperioso trabalho de filantropia desenvolvido pela Associação na cidade de Campo Verde/MT, a Administração Pública é regida por princípios que devem ser respeitados, em regra não admitem compadecimento, relativização ou abdicação, e no presente caso não se vislumbram exceções, de modo que as ilegalidades apontadas devem ser corrigidas;

4 Art. 113 O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos poderes da união, dos estados e dos municípios, nas seguintes hipóteses:

I - Para exercício de função de confiança;

II - Em casos previstos em lei específica; e

III - Para cumprimento de convênio.

Parágrafo Único - **Na hipótese do inciso I deste Artigo, a cedência será sem ônus para o município e, nos demais casos, conforme dispuser a lei ou convênio.**

RESOLVE **RECOMENDAR** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Campo Verde/MT:

1) a revisão ampla do ato administrativo de cessão (Portaria n.º 626/2021), por meio do instituto da autotutela (poder-dever de vigilância sobre os próprios atos administrativos), com a consequente anulação do ato com vício de legalidade, e determinação do retorno imediato do servidor Dirceu Belarmino Pereira à lotação originária na Administração Direta;

2) a utilização dos instrumentos de apuração previstos no artigo 157 da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992, caso entenda a existência de indícios de infração, como o desempenho de atividade incompatível com o cargo público da cessão e gerência e administração de pessoas jurídicas privadas (artigo 130, inciso XVIII, da Lei Complementar Municipal n.º 152/1992) ou celebração de convênio entre a pessoa jurídica de direito privado que é dirigente e o ente público do qual é servidor (artigo 48, inciso III e artigo 59, §6º do Decreto Municipal n.º 36, de 10/04/2017);

3) a análise dos convênios firmados entre o Município de Campo Verde e a Associação Espírita Lar Maria de Lourdes entre 2017 e 2021 (CNPJ n.º 37.501.038/0001-58) e, em caso de ilegalidades⁵, a indicação da iniciativa tomada pela Administração Pública para o exercício da autotutela sobre os atos, com a apresentação de cópia das prestações de contas dos convênios.

REQUISITO, no prazo de 15 (quinze) dias, informações sobre o atendimento ou não do recomendado, devendo, em caso positivo, serem acompanhadas de documentos comprobatórios.

⁵ Artigo 9º, inciso III, da Lei 8.666/1993;
Artigo 13, inciso IV, da Lei n.º 14.113/2021;
Artigo 22 c.c o artigo 48, inciso III e artigo 59, §6º do Decreto Municipal n.º 36, de 10/04/2017;
TCE/MT: Acórdão 265/2017-TP, Processo 28.026-7/2017, Conselheiro Relator Luiz Henrique Lima, 24/07/2018;
Artigo 48, parágrafo único da Lei n.º 14.113/2021.

A presente recomendação objetiva também a prevenção de responsabilização civil, criminal, administrativa e constitui fundamento jurídico para a intervenção judicial com a finalidade de responsabilização do servidor, chefe imediato, secretário municipal e gestor em caso de descumprimento ou omissão.

Campo Verde – MT, sexta-feira, 27 de agosto de 2021.

(assinatura eletrônica)
Marcelo dos Santos Alves Corrêa
Promotor de Justiça